



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº37/2023
Período: 07/10/2023 - 13/10/2023
GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Procuradora-geral da República contestou homenagem a coronel da ditadura militar
- 2- Familiares de Mauro Cid receberiam pensão caso ele seja expulso do Exército
- 3- Polícia Federal adiou operação contra militares em razão de feriado
- 4- Exército busca garantir condição especial para área militar na revisão do Plano Diretor de São Paulo
- 5- Coluna opinativa avaliou posição das Forças Armadas em tentativa de golpe
- 6- Em depoimento à CPI do 8 de janeiro, major do Exército negou ter dado água a manifestantes
- 7- FAB realiza operação para repatriação de brasileiros em Israel
- 8- Golpe militar esteve em discussão após eleições de 2022
- 9- Editorial destacou a importância da reabertura da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

1- Procuradora-geral da República contestou homenagem a coronel da ditadura militar

Segundo reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, a procuradora-geral da República (PGR), Elizeta Maria de Paiva Ramos, apoiou a declaração de inconstitucionalidade de uma homenagem do governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), ao coronel do Exército Erasmo Dias, uma figura associada à Ditadura Militar (1964-1985). A manifestação da PGR foi encaminhada à ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), que deverá tomar uma decisão sobre o assunto. A procuradora argumentou que a homenagem a Dias, ao perpetuar a memória de um período antidemocrático e autoritário na história do Brasil, não está alinhada com os princípios democráticos. A notícia também mencionou que partidos como o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) contestaram a homenagem, com o advogado-geral da União, Jorge Messias, solicitando sua suspensão. A PGR ressaltou que a ação direta de inconstitucionalidade não é o canal adequado para contestar a homenagem, mas que apoiará caso o STF opte por considerá-la. Segundo a *Folha*, o governador justificou a homenagem com base no fato de que Erasmo Dias teria eleito democraticamente e não tinha condenações judiciais em relação às suas ações públicas anteriores. O periódico destacou a trajetória de Erasmo Dias, marcada pela invasão da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São

Paulo em 1977, prendendo 854 pessoas que se manifestavam pela reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE), e por defender a tortura em entrevista para a *Folha de S. Paulo* em 2005. O jornal ressaltou que a Lei da Anistia (1979), contudo, deixou impunes os crimes cometidos durante a ditadura. A ação agora estaria pronta para ser julgada pelo STF, e seus defensores argumentam que é importante para fazer justiça à história e à memória do Brasil, rompendo com homenagens a figuras autoritárias. (Folha de S. Paulo - Política - 07/10/23)

2- Familiares de Mauro Cid receberiam pensão caso ele seja expulso do Exército
De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, se o tenente-coronel Mauro Cid for expulso do Exército, ele deixará de receber seu salário, que era de R\$ 27 mil brutos em julho de 2022. No entanto, seus dependentes continuariam a ter direito à pensão, independentemente de eventuais condenações na Justiça comum ou na Justiça Militar. Segundo a reportagem, essa regra se aplica não apenas a Cid, mas a todos os militares das três Forças Armadas que estejam sob investigação ou respondendo a processos relacionados a supostos atos irregulares. Os beneficiários diretos dessa pensão incluem cônjuges e filhos com até 21 anos de idade (ou até 24 anos, se estiverem estudando). Em casos raros em que o militar não tenha cônjuge, filhos ou outros beneficiários, ele perderá a remuneração. A notícia relatou ainda que, embora a legislação determine que a remuneração dos militares só seja interrompida em caso de expulsão da corporação, recentemente o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a suspensão do salário do coronel Jorge Naime, ex-chefe do departamento operacional da Polícia Militar do Distrito Federal, que está preso desde fevereiro e é acusado de negligência nos ataques ocorridos em 8 de janeiro. Já no caso de Mauro Cid, o Comando do Exército optou por não abrir procedimentos disciplinares internos contra o militar, mesmo que tenham surgido provas ou indícios contra ele nos últimos meses, alegando que as acusações são de natureza civil, não militar. Segundo a *Folha*, a lei não impede, contudo, a abertura de processos administrativos disciplinares das Forças Armadas para apurar o envolvimento de militares em casos como esse. Em situações em que militares são condenados na Justiça comum, eles passam por tribunais disciplinares internos, como o Conselho de Justificação ou o Conselho de Disciplina. Se forem condenados nessa instância, a sentença é submetida ao Superior Tribunal Militar (STM). Somente se o STM confirmar a condenação é que o militar perde sua patente e é expulso da Força. (Folha de S. Paulo - Política - 07/10/23)

3- Polícia Federal adiou operação contra militares em razão de feriado
Segundo informações do periódico *Folha de S. Paulo*, a Polícia Federal (PF) adiou uma operação para apurar fraudes na intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro em 2018, que possui como alvos o general Walter Braga Netto e outros oficiais da reserva do Exército, pois coincidiria com as festividades do Dia da Independência. De acordo com a reportagem, ao perceberem que a operação iria coincidir com o feriado dos militares, os policiais optaram por adia-la para evitar acusações de perseguição aos militares. O sigilo de Braga Netto foi quebrado revelando pagamentos de uma empresa para um coronel da reserva que estava subordinando a ele por mais de dois anos. A

empresa está sendo investigada. Como já exposto pela *Folha de S. Paulo*, existe um mal estar entre as Forças Armadas e a PF, os militares reclamam que diversos eventos e celebrações da corporação foram interrompidos por operações da policiais; para eles, as datas estavam sendo escolhidas intencionalmente com propósito de eliminar notícias positivas sobre a instituição. O jornal noticiou que o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, inclusive se esforçou para melhorar a relação entre as duas instituições. Entretanto, a PF continua investigando integrantes das Forças Armadas, como é o caso da operação Perfídia, que apura fraudes em compras de coletes balísticos na época da intervenção federal do Rio de Janeiro, mas os militares continuam afirmando que o objetivo da investigação é obter informações sobre Braga Netto para serem usadas em outras investigações contra o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). (Folha de S. Paulo – Política - 09/10/23)

4- Exército busca garantir condição especial para área militar na revisão do Plano Diretor de São Paulo

Segundo reportagem do periódico *O Estado de S. Paulo*, o Exército Brasileiro tem planos de construir novas instalações na área do parque do Ibirapuera, ao lado do complexo desportivo de São Paulo. Com isso, por sugestão das Forças Armadas, a região que abarca vinte lotes do Exército, na zona sul da cidade, foi incluída na revisão do Plano Diretor de São Paulo na condição de Zona de Ocupação Especial (ZOE). De acordo com a reportagem, essas zonas possuem regras especiais, como limites de altura de construções diferentes daqueles que valem para outras regiões da cidade de São Paulo. Para o Comando Militar do Sudeste, que concedeu uma entrevista ao periódico, a transformação da área em ZOE é justificada, pois se trata de m território com características diferentes "ou com destinações específicas, que requerem normas próprias de uso e ocupação do solo". (O Estado de S. Paulo – MetrÓpole - 09/10/23)

5- Coluna opinativa avaliou posição das Forças Armadas em tentativa de golpe

O periódico *O Estado de S. Paulo* publicou uma coluna opinativa de autoria do professor de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Denis Lerrer Rosenfield, a respeito da tentativa de golpe militar realizada por bolsonaristas no dia 08/01/2023. Para o professor, não existe a menor possibilidade de golpe sem uma intervenção militar do Exército Brasileiro. Em sua avaliação, se não ocorreu o golpe militar foi simplesmente porque o Alto Comando do Exército evitou que isso acontecesse, antes da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Rosenfield ainda afirmou que é necessário diferenciar a instituição (o Exército) de alguns militares, principalmente da reserva, que agiram como indivíduos em colaboração com o bolsonarismo. O colunista ainda citou militares que foram contra a quebra do Estado democrático de direito e que permaneceram fiéis aos seus princípios, como Tomas Paiva, Valério Stumpf, Richard Nunes, Guido Amin e Fernando Soares. Recordou que tais militares sofreram acusações caluniosas e até mesmo foram considerados "generais melancias" por bolsonaristas, insinuando que eram apoiadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Em linhas gerais, a coluna opinativa do professor da UFRGS argumentou de que a instituição Forças Armadas brasileiras não é golpista. (O Estado de S. Paulo - Espaço aberto - 09/10/23)

6- Em depoimento à CPI do 8 de janeiro, major do Exército negou ter dado água a manifestantes

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o major do Exército José Eduardo Natale, ex-integrante do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do Palácio do Planalto, rebateu as acusações de que teria levado água a manifestantes dentro do Palácio do Planalto em seu depoimento, na condição de testemunha, à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre os atos de 8 de janeiro. O militar esclareceu que trabalhou no intuito de conter, isolar e tentar o gerenciamento da crise que se instalou, conforme orientação de seus superiores, tendo entrado desarmado no prédio a fim de evitar que seu equipamento fosse tomado pelos manifestantes, uma vez que era o único membro do GSI no local. De acordo com Natale, sua função era não deixar que o prédio fosse destruído e impedir a entrada dos manifestantes no Gabinete Presidencial; assim, quando viu que porta do corredor em frente ao gabinete havia sido arrombada, tentou dissuadir os manifestantes de permanecerem no local, dizendo que não havia nada ali além de água. Segundo o jornal, vídeos do circuito interno do Palácio do Planalto comprovam o depoimento de Natale, mostrando que os próprios manifestantes pegaram garrafas de água da cozinha do local, indo para o andar inferior após conversarem brevemente com o militar. Ainda segundo o *Correio*, o próximo convocado, por unanimidade, para depor na CPI será o coronel Sandro Augusto de Sales Queiroz, que era comandante do batalhão de pronto emprego da Força Nacional de Segurança Pública à época dos ataques de 8 de janeiro. A última oitiva ainda está em definição, havendo um pedido dos deputados de direita para que, na oitiva de 26/10, haja a substituição do coronel da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), Reginaldo Leitão, pelo ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Saulo Moura da Cunha. (*Correio Braziliense* - Cidades - 10/10/23)

7- FAB realiza operação para repatriação de brasileiros em Israel

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) havia resgatado até 13/10/23 quase 500 cidadãos brasileiros que estavam em Israel quando se iniciaram as agressões entre Hamas e Israel. Conforme previsão do governo do Brasil, até domingo 15/10/23 o número de resgatados deve ultrapassar 900, no sexto voo desde o início da operação, que a FAB afirma ser a maior repatriação da história do país. O primeiro voo chegou a Brasília na madrugada de 11/10/23, com 211 pessoas a bordo. Os passageiros contaram com uma equipe de saúde a bordo, com médicos, enfermeiros e psicólogos da FAB. O segundo voo pousou no Aeroporto do Galeão, Rio de Janeiro, na madrugada de 12/10/23 com 214 brasileiros, além de um cachorro e três gatos. Já o terceiro voo, uma aeronave KC-390 Millennium, estava previsto para pousar na Base Aérea do Recife em 13/10/23, com 69 brasileiros, incluindo duas gestantes. Cinco passageiros desembarcariam em Recife e o restante seguiria para a Base Aérea de São Paulo, em Guarulhos. O *Correio* deu destaque a comentários, agradecimentos e elogios de passageiros ao Exército e à Aeronáutica. A embaixada do Brasil em Tel Aviv tem organizado grupos usando critérios de prioridade e o governo reforçou o compromisso de trazer todos os brasileiros que optarem pelo retorno. Segundo a *Folha*, o governo

brasileiro conta com quatro aeronaves da FAB para as operações, sendo duas destas os aviões da presidência. (Correio Braziliense – Política – 13/10/23; Folha de S. Paulo – Mundo – 11/10/23)

8- Golpe militar esteve em discussão após eleições de 2022

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), consultou chefes militares sobre a possibilidade de um golpe de Estado em 2022. Inicialmente, após o resultado das eleições presidenciais, vencidas por Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), a estratégia de Bolsonaro e aliados nas Forças Armadas e no PL foi de questionar as urnas eletrônicas e pedir invalidação de votos, por meio de relatórios de fiscalização enviados ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No entanto, o ministro Alexandre de Moraes, que presidia o TSE, rejeitou os relatórios do PL e das Forças Armadas em 23/11/22 e impôs uma multa ao partido de R\$22,9 milhões por litigância de má-fé. No dia seguinte, conforme relato à Polícia Federal (PF) do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid, que fez acordo de delação premiada, Bolsonaro consultou se os chefes militares apoiariam uma intervenção no TSE, com prisão de ministros e convocação de novas eleições. Segundo militares e auxiliares do ex-presidente ouvidos pela reportagem, o foco seria a decretação de uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para que as Forças Armadas cercassem o TSE; uma comissão formada por civis e militares seria criada para investigar irregularidades no sistema de votação e, com indicação nesse sentido, seriam convocadas novas eleições. A *Folha* ainda afirmou que aliados de Bolsonaro alegaram que tais ações ocorreriam dentro das regras constitucionais, citando uma “interpretação distorcida” do artigo 142 da Constituição Federal, que trata das atribuições das Forças Armadas. Na visão de militares palacianos, uma operação GLO contra o TSE seria justificada no caso de relatos de abuso do Poder Judiciário. A reportagem relatou que em 24/11/23 Bolsonaro convocou os comandantes do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes, da Marinha, almirante Almir Garnier Santos, e da Aeronáutica, brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior, para uma reunião. O almirante Garnier Santos mostrou-se disposto ao golpe, conforme relatado por Cid; já Freire Gomes e Baptista Júnior informaram que as cúpulas do Exército e da Aeronáutica eram majoritariamente contra a investida. Após a reunião, segundo o periódico, diversas minutas de decreto de GLO contra o TSE foram redigidas e Bolsonaro realizou dezenas de reuniões com militares das cúpulas das Forças Armadas para discutir a adesão ao golpe. O jornal relatou, como exemplo, que o general Eduardo Villas Bôas, ex-comandante do Exército, esteve duas vezes no Palácio da Alvorada; o então chefe do Comando de Operações Terrestres do Exército, general Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira, também se reuniu com o ex-presidente. No entanto, registrou também o periódico, uma parte majoritária da cúpula do Exército era contrária ao golpe e atuou para evitar uma ruptura institucional, o que foi uma das razões para o plano não ter sido colocado em prática. (Folha de S. Paulo – Política – 13/10/23)

9- Editorial destacou a importância da reabertura da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

O periódico *O Estado de S. Paulo*, publicou editorial reiterando a necessidade de reabertura da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). A Comissão possui como principal intuito trazer à luz o desaparecimento de indivíduos durante o período da ditadura militar (1964-1985), responsabilizando o Estado brasileiro pelos crimes cometidos. A CEMDP havia sido desligada durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), e atualmente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) possui a oportunidade necessária de reaver o andamento da CEMDP. Silvío Almeida, ministro dos Direitos Humanos, e Flávio Dino, ministro da Justiça e da Segurança Pública, já deram seus pareceres favoráveis no que tange à reabertura da comissão. Entretanto, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, possui ressalvas, pois entende que a tentativa de reabertura poderia causar atrito entre a esfera militar e o atual governo. Todavia, o jornal destacou que a Lei da Anistia (1979) ainda vigora, fazendo com que essa preocupação seja desnecessária. Segundo o periódico, deve-se reiterar que a comissão não busca retaliar individualmente os indivíduos, civis ou militares, que cometeram crimes no determinado período. Ademais, a CEMDP não possui intuito de atingir as Forças Armadas enquanto uma instituição estatal. O objetivo principal da comissão é responsabilizar o Estado pelos atos criminosos cometidos por seus agentes. Como se apresenta no editorial, “anistiar não significa esquecer”; portanto, a possível reabertura da CEMDP não deve ser interpretada como uma afronta às Forças Armadas, mas como um meio de reaver o passado de forma factual para o desenvolvimento de uma sociedade madura e democrática. (O Estado de S. Paulo – Notas e Informações - 12/10/23)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Letícia Ramos da Rocha

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Vinícius de Albuquerque Damasceno

Vinícius Menezes Aguiar